

Se līga na Rocinha!



Julho de 2023 - Informe nº 9 do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva
Ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI/PUC-Rio
Diretora: Irene Rizzini (Profª PUC-Rio/DSS) | Coordenadora Executiva: Maria Cristina Bó
Autores: Leandro Castro, Renata Mena Brasil do Couto e Eliane Gomes
Editores: Renata Brasil, Irene Rizzini e Malcolm Bush

9

A equipe do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva¹ entrevistou 16 atores-chave que atuam em instituições ou iniciativas públicas e privadas responsáveis pelo atendimento às crianças pequenas da Rocinha. Perguntamos a eles sobre as atividades que realizam e o que pensam sobre os temas inclusão, participação e segurança.

Os entrevistados, alguns contratados e outros voluntários, atuam em diferentes áreas: assistência social e sistema de garantia de direitos, saúde, educação, esporte, cultura, religião, comunicação e movimento social. Quanto à localização dos equipamentos, a maioria deles fica na Rocinha (9) ou no acesso à comunidade (5). Apenas 2 deles ficam mais distantes, na Lagoa e em Botafogo. A maioria dessas iniciativas (11) realiza programas, projetos, serviços ou ações para crianças com idades entre 0 e 5 anos. As que não realizam expressaram interesse em se aproximar da pauta.

Ações para crianças na Primeira Infância e suas famílias

De acordo com os entrevistados, **as atividades oferecidas** pelas instituições e iniciativas onde atuam são gratuitas, com exceção do cuidado domiciliar, que é um serviço particular. Para as crianças participarem é necessário que as famílias conheçam os espaços, suas regras e horários disponíveis. Foi possível perceber que os horários muitas vezes são um obstáculo à participação já que as crianças pequenas dependem dos adultos para se deslocar de forma segura: **“Seis anos para baixo tem que ser acompanhado pelo(s) pai(s). Mas tem pai que sai cinco horas da manhã para trabalhar e mãe também. Então limita”**. Além disso, a extensão territorial da Rocinha faz com que, mesmo dentro da comunidade, alguns deslocamentos precisem ser feitos por transporte rodoviário, o que gera custos para as famílias. Os entrevistados disseram que suas organizações contribuem para a educação e o cuidado das crianças na comunidade com atividades esportivas, musicais, lúdicas, de saúde e educação, com acesso a livros e brinquedos, espaços de convivência, vivência religiosa, entre outras, mas não souberam precisar quantas crianças de 0 a 5 anos são atendidas. Ficou evidente que a complexidade da Rocinha e a falta de investimentos na coleta e sistematização de dados sobre a comunidade dificultam a definição de estratégias de atuação e a avaliação dos serviços disponíveis.

As famílias e as crianças têm participação limitada nas decisões e no planejamento das atividades promovidas, embora os espaços estejam abertos as suas opiniões e sugestões. Apenas 3 instituições têm uma metodologia específica de escuta, incentivam a participação das famílias e consideram suas percepções no planejamento das atividades: **“Você dá uma importância para o pai que muitas vezes ele não sabe que tem”**. Conhecer os limites e possibilidades das famílias é fundamental para responder às demandas das crianças e facilitar seu atendimento e encaminhamento para a rede de serviços e garantia de direitos. Diálogos pontuais e reuniões (presenciais ou virtuais) com ambientes acolhedores e linguagem adequada são as principais estratégias adotadas. Destacamos 2 instituições que oferecem projetos extras às mulheres da Rocinha, identificadas como principais responsáveis pelas crianças, e 2 que utilizam diferentes abordagens para escutar as crianças sobre suas rotinas e sobre o que pensam das atividades oferecidas. Algumas iniciativas motivam a participação de pais e responsáveis através de

passeios culturais, educativos e de lazer e de apresentações (no caso das atividades de música), expandindo o acesso à cidade e ao conhecimento.

A maioria dos entrevistados (9) disse que as instituições onde atuam não conseguem atender a todas as famílias que buscam seus serviços. Em relação à **ampliação das vagas e dos atendimentos oferecidos**, existem limitações institucionais e financeiras, como: estruturas físicas reduzidas; faltam materiais e equipamentos; quantidade insuficiente de profissionais capacitados; e turmas pequenas para garantir qualidade técnica e atenção individualizada às crianças em alguns tipos de atividades. O atendimento voltado especificamente para as crianças de 0-5 anos é ainda mais limitado. Embora a importância dessa etapa da vida seja reconhecida e os representantes das instituições tenham manifestado interesse em alcançar ou ampliar o atendimento a esse público, eles disseram que precisariam de mais recursos financeiros e do apoio de especialistas na área para qualificar suas aproximações e abordagens: **“Há muito tempo a gente tem o desejo de construir, (...) fomentar o debate da Primeira Infância na Rocinha na perspectiva de entender o direito das crianças”**.

Sobre **o diálogo intersetorial entre as diversas iniciativas consultadas e as creches e pré-escolas da Rocinha**, percebemos que não existem estratégias continuadas para que isso seja possível. A importância dessa aproximação é reconhecida pelos entrevistados e articulações pontuais são realizadas, mas apenas a área da saúde, que desenvolve programas específicos junto à educação, consegue avançar nesse diálogo. Os responsáveis por uma mesma criança podem (e devem) acessar diferentes serviços, por isso, estreitar a relação entre equipamentos e profissionais poderia facilitar o entendimento da realidade das famílias e os encaminhamentos necessários. Essa aproximação poderia contribuir para o atendimento integral e para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos moradores da comunidade. Em 2 entrevistas surgiu a ideia de unificar os sistemas de informação das políticas públicas e 1 entrevistado ressaltou a importância da articulação entre as áreas: **“A gente tende, por exemplo, a achar que aquela criança, no caso de saúde mental, só tem um transtorno. E esquece que ela também podia se beneficiar de um esporte, que também é terapêutico (...). Porque o que acontece é que depois a gente vai forçar uma inclusão tardia”**.

Inclusão

A grande maioria dos entrevistados (15) disse que **muitas crianças na Primeira Infância na Rocinha estão privadas de oportunidades de educação**. A escola, fundamental para o desenvolvimento, é também espaço de cuidado para muitas famílias que trabalham, especialmente para as mães solo. No entanto, não há unidades educacionais públicas suficientes para atender às demandas da comunidade. As filas de espera por vagas são imensas, os horários são incompatíveis com a realidade do mercado de trabalho e longas distâncias dificultam o acesso. A situação é ainda mais desafiadora para os bebês, pois as vagas na rede pública são mais escassas e os recursos necessários para a manutenção das creches conveniadas são insuficientes para que elas atendam às exigências do contrato, mantenham a qualidade do serviço ofertado e supram a demanda existente. A educação privada não é uma possibilidade para muitas famílias que carecem de recursos financeiros. As desigualdades no acesso à educação são um obstáculo para a infância na Rocinha: **“Essas crianças já nascem tendo que correr atrás de outro indivíduo. Na competição ela não está no mesmo pé de igualdade”**.

Além disso, o modelo escolar tradicional nem sempre atende às necessidades das crianças, especialmente daquelas com deficiências ou problemas de saúde mental. A ausência de mediadores, os horários reduzidos e a exigência de acompanhamento dos pais acabam resultando na desistência das famílias: **“A mãe não sabe como lidar com ela, tem, inclusive, dificuldades de entender o que é uma criança no espectro e é uma criança que fica solta. A mãe preferiu tirar da escola, porque tem sempre reclamação e ela não sabe o que fazer”**. Enquanto alguns pais e responsáveis precisam se esforçar em dobro para manter os filhos na escola, outros não aprenderam a valorizar a educação porque não tiveram acesso a ela quando mais jovens. Não compreendem a importância da frequência regular para a realização de um trabalho pedagógico que impacte positivamente o desenvolvimento das crianças.

Importante compreender que a educação não se refere apenas ao universo escolar. Crianças aprendem cotidianamente na interação com adultos e com outras crianças. Espaços que favoreçam essas interações são, portanto, fundamentais. Na Rocinha há um parque abandonado, mas não há lugares de encontro para as mães com seus filhos e não há praças em que as crianças possam brincar e correr com segurança: **“Na comunidade você precisaria ter um espaço físico, que não existe, porque esse crescimento desenfreado inibe. Você não tem pracinhas, você não tem brinquedos, você não tem acesso a andar de bicicleta, andar de patins. Na realidade o espaço da comunidade ele é um dormitório, a Rocinha é um grande dormitório”**.

Em relação ao esporte e ao lazer, também faltam oportunidades: **“Então falta, falta muita coisa, principalmente nessa Primeira Infância. E é um momento crucial esse do desenvolvimento”**. Assim como para acessar a escola, as crianças pequenas precisam de alguém que as leve e busque nos poucos equipamentos disponíveis. Falta também informação sobre as atividades existentes. A extensão territorial da Rocinha não só gera custos de deslocamento, como exige um esforço ainda maior para fazer a informação circular. A ampliação do diálogo entre os espaços que oferecem atividades para as crianças, incluindo ONGs, movimentos sociais e espaços religiosos, e a rede de proteção social disponível na comunidade, poderia ampliar a divulgação dessas

iniciativas e facilitar o acesso das famílias. Embora o atendimento emergencial do Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por exemplo, seja indispensável, também é muito importante seu papel de articulação e fortalecimento da rede de serviços disponível na região para as crianças e suas famílias.

É preciso pensar na criança como parte da família e nas dificuldades que os adultos enfrentam para oferecer a elas atenção e cuidado. Algumas famílias sofrem com o desemprego, a precariedade do trabalho, o uso abusivo de álcool e outras drogas, situações de violência intrafamiliar, insegurança alimentar, etc. Questões que, para além de críticas e ações de conscientização, necessitam de respostas concretas do Estado no sentido de oportunizar mudanças e garantir direitos, promovendo o bem-estar das crianças.

Situações que geram violações de direitos e a falta de acesso às políticas públicas se agravaram desde o início da pandemia de Covid-19 e todos os entrevistados concordaram que **as oportunidades de inclusão da educação infantil foram reduzidas** desde então. Houve impacto na situação econômica e emocional das famílias e a pandemia também impactou o aprendizado das crianças. O ensino online não foi uma opção possível para todos: **“Elas tinham que escolher ou tem internet ou tem comida (...) foi prejudicial e isso afastou muitas crianças da escola”**. Algumas crianças tiveram atraso no início de sua vida escolar e outras tiveram essas trajetórias interrompidas com o fechamento das escolas. A insegurança alimentar e a fome aumentaram já que muitas crianças faziam suas principais refeições nessas instituições. A rede pública ficou sobrecarregada pelas crianças que foram transferidas da rede privada diante do achatamento da renda das famílias: **“Essa pandemia (...) ela não foi democrática, ela não é democrática. Essa pandemia afeta diretamente um núcleo da sociedade e que são os pobres e favelados”**.

A pobreza interfere no acesso das crianças à educação. Interfere porque os serviços públicos são insuficientes e/ou precários para atender às demandas daqueles que carecem de recursos para viver em moradias seguras, adquirir materiais pedagógicos e para ter acesso a uma alimentação adequada: **“Você com fome não consegue raciocinar. (...) Com fome você não consegue fazer nada”**. No entanto, a renda não define se uma criança é capaz de aprender: **“Se a criança, mesmo que pobre, tivesse a mesma oportunidade de aprendizagem que uma criança rica, ela teria a mesma capacidade de aprender e estudar”**.

Mas não é só a diferença de renda que gera desigualdade. Questões de raça e etnia, gênero, ter algum tipo de deficiência ou doença, o local de moradia e o arranjo familiar também apareceram nas respostas dos entrevistados quando perguntamos se **algumas crianças na Rocinha são tratadas de forma diferente**. A maioria deles (11) disse que existe diferença de tratamento: **“Aqui dentro tem muita diferença social. Tem algumas áreas em que as crianças não têm saneamento, não têm banheiro”**. Crianças mais pobres, que vivenciam a fome, situações de violência, que estão fora da escola e que não têm acompanhamento dos pais são tratadas de forma diferente. O preconceito contra as crianças com pais ou responsáveis que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, cujos cuidadores fazem parte de casais homoafetivos ou com deficiências ou problemas de saúde também foi mencionado. Destacamos ainda o preconceito étnico-racial: **“Acho que a localidade**

reforça, mas também a questão de raça, porque a Rocinha com essa perspectiva mestiça com todas as aspás, tem uma mistura danada. Então, acho que tem muitos estereótipos, sobretudo em cima das crianças retintas, quando você anda na rua e vê as crianças que estão na rua e a sua maioria são meninos retintos”.

Sobre as formas de oferecer **suporte a essas crianças em casa, na comunidade e/ou nas instituições entrevistadas**, os participantes da pesquisa mencionaram as seguintes estratégias: dialogar com as famílias, respeitando e acolhendo suas variadas composições; conhecer e entender os comportamentos das crianças; ter equipes para atendimentos domiciliares; contornar a precariedade e a ausência de serviços; refletir sobre as condições de habitação, saneamento básico, educação e sobre a ausência de espaços para brincar. Para que os moradores da Rocinha possam participar e fortalecer essas estratégias, no entanto, são necessários investimentos robustos. Embora fundamentais, projetos, coletivos e iniciativas locais não conseguem eliminar os efeitos negativos da ação (ou da falta de ação) de um Estado que prioriza a segurança armada quando olha para as comunidades, favelas e/ou periferias.

Participação

A maioria dos entrevistados (7) disse que **os pais e/ou responsáveis costumam participar do processo de educação e aprendizado dos seus filhos na Rocinha**, pois se preocupam, se esforçam e acreditam que a educação pode garantir melhores condições de vida às crianças: *“Tem uma grande maioria que se preocupa muito, daquela coisa de ‘meu filho vai ter o que eu não tive, eu vou lutar, eu vou ralar, eu vou passar horas na cozinha da patroa, mas meu filho não vai passar por isso”*. Na educação formal, buscam por vagas, frequentam reuniões, se interessam pelo desempenho dos filhos e conseguem uma explicadora quando necessário. Alguns, por outro lado, nem sempre conseguem participar: *“Pai que trabalha em restaurante, raramente ele consegue sair com o filho para ir para algum evento esportivo ou cultural”*. Os empregadores raramente entendem que um funcionário precisa ir a uma reunião ou evento de escola ou que seu filho ficou doente e precisa de cuidados. Alguns trabalham cuidando das crianças de outras famílias e ficam impedidos de dar atenção às suas: *“Tem uma própria dinâmica da sociedade que não contribui para que esse responsável periférico, que esse responsável que é pobre, participe ativamente da educação dos seus filhos”*. Melhorias das condições de trabalho, redução de carga horária e aumento de salários poderiam possibilitar maior participação. Enquanto isso não ocorre, muitas crianças precisam ficar sob os cuidados das “mães crecheiras”², de vizinhos ou de familiares, inclusive menores de idade, enquanto os pais trabalham. Essa rede de apoio é muito importante nas comunidades e evita que mais crianças fiquem em casa desacompanhadas ou perambulando sozinhas pelas ruas.

De toda forma, a participação precisa ser estimulada e promovida pelas instituições, com reuniões e outras atividades que escutem e busquem se adaptar às condições e horários das famílias. **Várias ideias foram oferecidas pelos entrevistados para aumentar a participação dos pais e responsáveis na educação dos filhos**, como: a oferta de cursos, inclusive de produção de brinquedos; ações educativas que fossem até a casa das famílias; eventos itinerantes que alcançassem diferentes áreas da Rocinha, inclusive seus becos e vielas; estimular os pais a resgatar brincadeiras de sua infância para

partilhar com os filhos; incentivar o protagonismo dos pais na proposta de ações relacionadas às suas habilidades, inclusive profissionais; realizar busca ativa, estreitando o diálogo com as famílias sobre a importância da educação; e oferecer cuidado em saúde mental, especialmente às mães que sofrem com a sobrecarga das duplas jornadas e com situações de violência doméstica.

Para melhorar a educação e o aprendizado das crianças pequenas na Rocinha, a maioria dos entrevistados (13) acredita ser necessário que o poder público amplie seus investimentos em creches e pré-escolas. Foi mencionada a necessidade de recursos para: melhorias estruturais e manutenção nas unidades escolares; construção de novas escolas e ampliação do número de vagas na rede pública e conveniada; e para a contratação e formação de profissionais. Incorporar os saberes locais sobre o território, inclusive através das educadoras que residem no local, também pode contribuir para a criação de soluções mais alinhadas aos interesses e demandas da comunidade. Nesse sentido, criar espaços e promover encontros que permitam a troca de experiências entre moradores e profissionais, fortalecendo um diálogo intersetorial, é fundamental: *“Ok, que você tem um currículo pedagógico que você precisa cumprir, mas você precisa construir materiais específicos para as crianças daqueles territórios para discutir diversas coisas”*. A Rocinha é um local de muitas riquezas e pode ser um bairro educador. A regionalidade, a identidade étnico-racial, o pertencimento, a sustentabilidade e o meio ambiente são assuntos importantes a serem trabalhados nas escolas com as crianças pequenas: *“Acho que o povo da Rocinha não se enxerga preto, não se assume nordestino, não tem um orgulho, um pertencimento do lugar em que vive. Eu acho que isso nas escolas daqui precisa ser trabalhado”*.

Segurança

A maioria dos entrevistados (13) disse que **as crianças de 0 a 5 anos não vivem em segurança na Rocinha**. Embora tenham mencionado que a insegurança atinge diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, eles compreendem que a comunidade também não oferece segurança às crianças. Ostensivas operações policiais, venda e uso abusivo de álcool e outras drogas, exploração do trabalho infantil, falta de saneamento básico, acesso limitado a serviços precários de saúde, educação e transporte, insegurança alimentar e fome, entre outros elementos que violam os direitos das crianças fazem parte do cotidiano da Rocinha. Embora a comunidade seja acolhedora e crie estratégias para proteger as crianças em contextos adversos, a forma que o Estado se faz presente cria situações que prejudicam o desenvolvimento e impactam negativamente na qualidade de vida de seus pequenos moradores.

O risco de tiroteio é uma situação da qual não se pode fugir, apesar da Rocinha estar em paz há alguns anos em relação a grandes conflitos armados: *“A gente não tem essa segurança de ir e vir, a infância não tem. Então, você anda na rua, mas você pensa em que momento vai acontecer algo que eu vou ter que sair correndo ou que eu tenho que correr atrás do meu filho para levar correndo. Então, a gente vive num estado de insegurança muito grande”*. As regras impostas pelo tráfico de drogas local reprimem algumas formas de violência contra as crianças, mas não impedem que elas aconteçam. Nos casos de familiares relacionados com a venda e o uso abusivo de drogas ilegais, o enfrentamento armado do Estado pode gerar traumas nas crianças.

Algumas crianças também são expostas à violência no âmbito familiar e comunitário. Por vezes, faltam cuidados, alimentação adequada ou atenção e ocorrem episódios de violência física e psicológica. Conforme mencionado anteriormente, falta suporte financeiro e emocional para as famílias, muitas das quais vítimas de ciclos intergeracionais de pobreza e privação. A circulação de crianças sozinhas na comunidade também é uma realidade. Algumas pedem comida e dinheiro e outras permanecem desacompanhadas até durante a noite. Não há praças seguras, pois estão destruídas e/ou ocupadas por pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, em situação de prostituição ou que se comportam de maneira inadequada diante das crianças.

Para melhorar a segurança das crianças é preciso que famílias, sociedade e Estado, incluindo atores e lideranças locais e externas, atuem juntos oferecendo acesso à educação, saúde e demais serviços essenciais, redistribuição de renda, apoio socioemocional, espaços seguros, fortalecendo redes de apoio locais, melhorando o comportamento no trânsito, divulgando informações, etc. Mais uma vez, a forma como o Estado atua é questionada por impactar no tratamento e na oferta de serviços disponíveis: *“A gente consegue melhorar exatamente lutando contra essa guerra, né? Que existe contra as drogas, contra o favelado, contra o preto. Esse racismo estrutural que a gente vive, sabe? Quando a estratégia for trazer (...) qualidade de educação, de lazer, de cultura. (...) Entender que o livro é a solução, por exemplo, a gente vai conseguir manter seguro, tanto os moradores e a partir daí esses moradores conseguem manter seguras as crianças, entendeu?”*.

Em um cenário complexo como a Rocinha, embora a segurança não exista 100% em nenhum local, os entrevistados conseguiram apontar **espaços que oferecem “alguma segurança” para as crianças**. De modo geral, os espaços institucionais foram considerados seguros pela maioria dos participantes da pesquisa (10). A casa também pode ser segura para algumas crianças. No entanto, o risco de eventuais tiroteios na comunidade ou de desabamento de alguns imóveis afetam essa segurança. Compreende-se que crianças na Primeira Infância sempre precisam da supervisão de um adulto. Nesse sentido, os entrevistados disseram que as crianças estão mais seguras nas creches e pré-escolas do que sozinhas em casa. Projetos sociais e outros espaços que oferecem atenção e cuidado, como a Biblioteca Parque, o Complexo Esportivo, o Instituto Reação, o Conselho Tutelar, os postos de saúde e os centros de assistência social, também foram considerados seguros, assim como os espaços religiosos: *“Acho que aqui a gente se preocupa muito com a segurança, com amparo, com o dar de comer, com o oferecer abrigo, oferecer o que é justo”*. Eles não só contribuem para a socialização e para o aprendizado das crianças como oferecem acesso ao esporte, ao lazer e a cultura, fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Considerações Finais

As crianças aprendem em todos os lugares nos quais circulam e convivem com adultos e com seus pares. Nas casas, na comunidade, nas instituições, nos variados

espaços da cidade que frequentam. Na Rocinha elas se desenvolvem de diferentes formas e vivenciam muitas situações desafiadoras: *“Acho que as crianças da Rocinha, não sei se é só na Rocinha ou nas comunidades em geral, é tudo muito precoce, elas aprendem tudo muito cedo”*. Algumas estão mais expostas a violações de direitos, são mais discriminadas e vivenciam experiências que não deveriam ser parte da infância: *“Não é saudável uma criança conhecer a violência como conhece quando se trata de favela, de estar se deparando com armas, ter acesso visual a coisas que essa criança não deveria vivenciar”*. Mas todas elas precisam ter seus direitos protegidos e garantidos. Apesar dos desafios, a comunidade é um lugar a ser transformado para as crianças se desenvolverem: *“Criança aprende brincando. E aqui precisa de espaço, de lugares para as crianças brincarem”*. As pautas da Primeira Infância são reivindicações legítimas da Rocinha.

Os principais desafios identificados em relação às crianças de 0 a 5 anos na comunidade se referem às lacunas existentes nas políticas e serviços públicos. A falta de vagas na educação infantil e a frágil inclusão daqueles que conseguem acesso e enfrentam dificuldades para permanecer estudando são problemas importantes. A saúde oferece atenção básica no território, mas o atendimento especializado, inclusive em saúde mental, exige deslocamentos e esforços. Na assistência social, as crianças não são prioridade. Os atendimentos às famílias têm sido pautados por benefícios e programas de transferência de renda diante do empobrecimento da população agravado pela pandemia. A política de segurança pública, de caráter bélico, expõe as crianças a armas de fogo e ao risco de tiroteios. Saneamento básico, coleta de lixo, reformas de praças e outros espaços de lazer e melhorias no transporte público e na rede de energia elétrica são reivindicações históricas da Rocinha. De modo geral, os entrevistados desacreditam que os direitos dos moradores da comunidade, incluindo das crianças na Primeira Infância, serão assegurados sem que haja investimento e sem que as políticas e serviços públicos voltados para essa população sejam ampliados e aprimorados.

A comunicação também foi apontada como um desafio na Rocinha e, nessa questão, a comunidade poderia avançar. Faltam parcerias sólidas para enfrentar os conflitos de interesses e a circulação de conteúdos falsos. Aliadas à potente história de mobilização e lutas populares da Rocinha, a comunicação e as mídias sociais poderiam contribuir para que as pautas da comunidade fossem amplificadas e chegassem aos ouvidos dos responsáveis por elaborar e monitorar políticas capazes de melhorar as condições de vida dos moradores. Os atores-chave consultados fazem (ou podem fazer) parte dessa mobilização, fortalecendo uma rede local que dialogue sobre as questões levantadas e pense o desenho de soluções alinhadas às necessidades e desejos dos moradores da Rocinha.

Esse informe encerra a série de devolutivas da pesquisa que o CIESPI/PUC-Rio vem desenvolvendo junto à comunidade da Rocinha desde 2020. Seguiremos nossas ações em parceria com atores locais. Para saber mais sobre essas iniciativas, entrem em contato pelo e-mail: ciespi@ciespi.org.br ou pelo WhatsApp: 21 98266 7045.

¹ O projeto é desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido. Internacionalmente, coordenado por Kay Tisdall, professora da Moray House School of Education and Sport da Universidade de Edimburgo (Escócia). No Brasil, coordenado por Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do CIESPI/PUC-Rio.

² Pessoas que, nas suas casas, cuidam dos filhos daqueles que precisam trabalhar (serviço informal de cuidado domiciliar).